

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DE PINHEIRO GROSSO

José Saraiva Cruz¹ Geraldo Majela Moraes Salvio² Mariane da Fonseca Melo³ Natália Oliveira Dias⁴
Larisse Cristina do Vale⁵

¹Doutor em ciências sociais; Diretor do GAP; E-mail jose.saraiva@ifsudestemg.edu.br

²Mestre em Ciências Biológicas; Diretor do GAP; E-mail geraldo.majela@ifsudestemg.edu.br

³Aluna do Curso de Gestão Ambiental e bolsista de iniciação científica do GAP.

⁴Aluna do Curso de Gestão Ambiental e voluntária de iniciação científica do GAP.

⁵Aluna do Curso de Gestão Ambiental e voluntária de iniciação científica do GAP.

GAP- Grupo de Pesquisas em Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, IFSUDESTEMG.

E-mail: gap.barcena@ifsudestemg.edu.br

1. Introdução

É incontestável a importância da natureza e da preservação da biodiversidade, o desafio reside em tentar salvar o que ainda resta de natural, com isso, as unidades de conservação representam a principal estratégia da sociedade voltada para a preservação de um bem de toda a humanidade (Ham e Enriquez, 1987). Segundo Dourojeanni & Pádua, 2001, as unidades de conservação brasileiras, em sua maioria, são precariamente geridas não alcançando as metas de conservação previstas pela lei. Sales, 2012, aponta para melhorias no investimento e para o aumento de recursos destinados às UCs, desde a criação do SNUC, mas, não percebe melhorias significativas na qualidade da gestão, mesmo que destacando avanços em alguns estados, como Minas Gerais e os da Amazônia. Se há avanços nas UC's federais e, pontualmente nas estaduais, nas municipais a situação está mais longe ainda do ideal, principalmente no que tange a cadastros atualizados e a estudos publicados, como relatam Salvio et al, 2012.

Para se atingir uma gestão de qualidade são indispensáveis condições adequadas de infraestrutura, fiscalização e melhor elaboração de políticas públicas. A precariedade das UC's brasileiras tem sido explicada por diversos fatores, tais como: falta de vontade política, de prioridade de governos, falta de pessoal, de recursos financeiros, enfim, ausência de instrumentos adequados de planejamento e gestão, como planos de manejo efetivamente implementados. A criação de unidades de conservação em Minas Gerais tem ocorrido sem a perspectiva de que venham a cumprir seus objetivos e entende-se que esta deve ser uma atitude a ser repensada pelo poder público (LIMA, G.S et al 2005). Dessa forma, faz-se necessário avaliar, além da objetividade dos projetos de implantação, os atuais mecanismos de gestão

para que seja obtido um panorama atual da situação de tais unidades objetivando apontar e discutir os problemas existentes e, posteriormente, contribuir com propostas e soluções, visto que unidades de conservação apenas no papel prejudicam mais do que ajudam a preservação da biodiversidade.

A categoria Reserva Biológica (ReBio) caracteriza-se por posse e domínio público e tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais (SNUC, 2000).

Palavras chave: Unidade de Conservação; Reserva Biológica; Efetividade de Manejo;

Categoria/Área: Ciências Agrárias e Ciências Ambientais.

2. Objetivo

Analisar a efetividade da gestão na Reserva Biológica de Pinheiro Grosso, fazendo um levantamento de dados gerais e dos principais problemas. Avaliar a qualidade do manejo utilizando uma escala de classificação. Propor uma recategorização da ReBio.

3. Material e métodos

Para a consecução do objetivo básico de analisar as ações administrativas da reserva foi feito levantamento de dados, a partir de visitas ao local. Para avaliar a qualidade do manejo, foram levados em conta os seguintes requisitos: político, legal, administrativo, planejamento, programas de manejo, informação, usos atuais e biogeografia, segundo método e tabela avaliativa adaptada de Mesquita (2002). A partir daí, baseado nos dados coletados, foi realizada uma avaliação e uma classificação em porcentagem quanto a qualidade do manejo da Reserva Biológica de Pinheiro Grosso. Para a recategorização foi utilizado o SNUC.

4. Resultados e discussão

A avaliação da efetividade do manejo da reserva feita pelo Coordenador de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Barbacena, ficou entre 36 e 60%, percentual que indica uma classificação da situação atual de manejo como pouco satisfatória. Que é caracterizada como uma situação que requer um cuidado e uma atenção especial, e, que a reserva ainda é muito vulnerável a fatores externos e internos, pois, dispõe apenas das condições mínimas para sua existência. Em um quadro assim, poucos objetivos de manejo podem ser cumpridos.

A avaliação da efetividade do manejo da reserva feita pelos autores alcançou um percentual inferior a 35% do total possível, o que caracteriza uma situação de manejo insatisfatória. Isto indica que faltam muitos elementos para um manejo adequado da área e que a situação atual não garante a existência da reserva em longo prazo. Dessa forma, seus objetivos de manejo não estão sendo cumpridos.

4.1. Justificativa para a recategorização

A proposta de recategorização já havia sido apresentada no plano de manejo da Reserva, porém, o documento não recomendava qual seria essa nova categoria. Considerando as categorias de manejo propostas no SNUC, chegou-se a conclusão que a mais adequada a atual realidade da área é de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Embora essa categoria seja de Uso Sustentável, deve-se levar em conta que a área já está amplamente antropizada e as áreas relevantes à preservação podem ser efetivamente preservadas a partir de um Zoneamento efetivo a ser proposto futuramente.

A tese da recategorização, embora possa parecer tornar a área menos protegida, afinal a categoria proposta é menos restritiva, baseia-se no fato de que uma categoria de manejo mais adequada à realidade da área possibilitaria uma gestão mais efetiva e por consequência melhor proteção, ao contrário da ilusão da proteção feita por uma reserva de “papel” que não cumpre, como neste caso, a sua destinação.

Recomenda-se a criação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico em regiões que possuem características naturais consideradas extraordinárias ou que ainda abriguem exemplares raros da biota regional e que tenham extensão inferior a cinco

mil hectares. São instrumentos adequados de conservação em áreas antropizadas que ainda possuem alguns fragmentos florestais relevantes, já que não requerem desapropriações e, com um zoneamento adequado, garantem a boa relação entre a conservação desses últimos fragmentos e a utilização das áreas ocupadas, como é o caso da área estudada.

5. Conclusão

Além dos resultados obtidos apontarem para uma condição insatisfatória de manejo, a recategorização e um zoneamento adequado possibilitariam uma rediscussão sobre as necessidades e o papel daquela área protegida. Este novo processo, agora poderia incluir a população local neste debate, o que não aconteceu quando da criação da ReBio. Sendo a nova categoria proposta de Uso Sustentável, levaria a criação de um Conselho Gestor com a participação dos habitantes do entorno facilitando a sensibilização e possíveis ações de educação ambiental. As empresas e instituições ali presentes também poderiam contribuir com investimentos, inclusive, para a elaboração de um novo zoneamento da área que legalize as intervenções compatíveis e indique as áreas restritas e, inclusive, aquelas que precisam ser recuperadas. Toda esta discussão se daria então em um ambiente democrático onde todos teriam voz. Tais discussões deveriam também se dar orientadas por uma visão que, concomitantemente, busque a aproximação e a sensibilização da população, visando criar uma empatia entre ela e Unidade de Conservação. A partir do momento que esta percepção se estabelecesse a própria população ajudaria no desenvolvimento de mecanismos que auxiliariam na própria gestão da área. É preciso buscar caminhos que demonstrem os benefícios que a conservação pode trazer, unindo preservação com desenvolvimento e inclusão social.

6. Referências bibliográficas

DOUROJEANNI, M. J. & PÁDUA, M. T. J. 2001. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba: Ed. UFPR & Ed. Fundação Boticário de Proteção a Natureza, p308.

LIMA, G.S; RIBEIRO G.A; GONÇALVES W. **Avaliação da Efetividade de Manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral em Minas Gerais**. Revista Árvore, Viçosa-MG, v29,n.4,p.647-653,2005.

MESQUITA, C.A.B. **Efetividade de manejo de áreas protegidas: quatro estudos de caso em reservas particulares do patrimônio natural, Brasil**. In Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Fortaleza, CE, 2002. p. 500-510.

SALES, G. Desafios e perspectivas para gestores de unidades de conservação. In **Gestão de unidades de conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. WWF - Brasil/ IPÊ- Instituto de pesquisas ecológicas, Brasília, 2012. p 307- 328.

SALVIO, G.M.M; CRUZ, J.S; Oliveira, L.K.F. **Levantamento das unidades de conservação e outras áreas naturais protegidas nas microrregiões do campo das vertentes e zona da mata mineira**. In: Anais do II Simpósio Nacional de Áreas Protegidas. Viçosa, MG, 2012.p-241.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação**: texto da lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso nacional. – São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 3ª ed. p.76.

Apoio financeiro: IF Sudeste MG – Campus Barbacena.

Agradecimentos: Aos membros e professores do GAP e ao GBV- Grupo Brasil Verde.